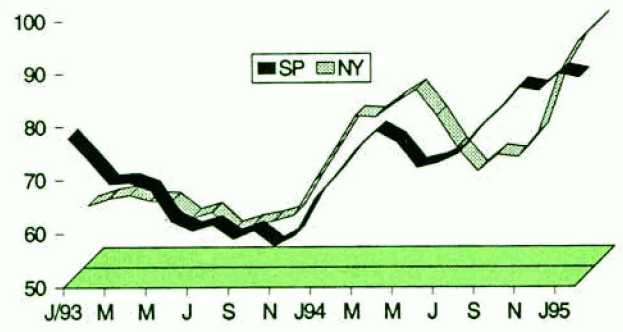
Evolução das cotações domésticas e internacionais do algodão em pluma
(em US cents/lb)



Fonte: BM&F e *Gazeta Mercantil*.

milhões de toneladas. Além disso, os estoques mundiais, bem como a relação estoque/produção, continuam muito baixos, o que seguramente pressiona as cotações. Ademais, nessas projeções, conta-se com o aumento da área cultivada e da produção de três dos cinco maiores produtores mundiais, como EUA, China e Índia. À exceção dos EUA, China, Índia e outros dois grandes produtores, como Paquistão e Usbequistão, ainda apresentam problemas de ordem econômica, fitossanitária e ambiental. Tais problemas afetam diretamente a produtividade, havendo por conseguinte espaço para que as previsões do USDA sejam revistas para baixo ao longo deste ano.

A rentabilidade do algodão sobre os custos variáveis já chega aos 60%, contra -28% para o milho e 24% para a soja.

Quanto ao consumo, a continuidade do crescimento dependerá, assim como no Brasil, exclusivamente do sucesso dos planos de estabilização econômica que estão em curso em importantes países produtores de algodão, como a China, os países do Leste europeu e os países da ex-URSS. No caso da economia chinesa, que é responsável por 25% do consumo mundial de algodão, qualquer decisão na área econômica que resulte num aumento do consumo terá forte repercussão no mercado internacional.

As perspectivas para a cultura são boas. Uma análise do consumo industrial de fibras têxteis no Brasil[1] mostra que, apesar da crescente participação das fibras sintéticas na produção têxtil, as fibras de algodão mantiveram sua participação no consumo global em 64% durante um longo período de 30 anos. O espaço ocupado pelas fibras sintéticas ou artificiais foi cedido por outras fibras naturais, que tiveram uma forte redução em seu uso. Mesmo não havendo previsões de que o mundo venha a sofrer num curto prazo de tempo novo colapso na oferta de petróleo, a utilização de fibras naturais na confecção de roupas vem sendo incentivada por entidades ambientalistas de peso, como o Green Peace, que divulgam o chamado algodão orgânico. Pode parecer inexpressivo, mas muitos mercados dos países desenvolvidos vêm exigindo cada vez mais que os produtos importados tenham sido produzidos dentro de rigorosos critérios ambientais. Não obstante, vale ressaltar que a próxima Rodada do Gatt, agora sob o comando da Organização Mundial do Comércio (OMC), será dedicada ao comércio internacional e ao meio ambiente.

Além desta perspectiva industrial, a recuperação da cotonicultura nacional está sendo uma das metas de um acordo firmado entre o governo federal, empresas privadas e entidades de classe, com o intuito de assegurar o desenvolvimento do setor têxtil em face dos agressivos padrões do setor no mercado internacional.[2] Frutos deste acordo já foram colhidos quando foi anunciada a política para a safra 1994/95. No entanto, ainda há muito por fazer até que a produção e a qualidade do algodão nacional sejam recuperadas.

GUILHERME SORIA BASTOS FILHO

[1] Ver Gonçalves, José Sidney. O comportamento dos mercados de algodão no pico da safra 1992/93. *Informações Econômicas*, *23* (7), jul. 1993.
[2] Ver Hurst, Marlene & Sarno, Vitor. *Cotonicultura baiana e indústria têxtil*. Salvador, Fundação Centro de Projetos e Estudos, 1994.

ARROZ

Abastecimento tranqüilo em 1995

De modo geral, as condições climáticas foram satisfatórias nas principais regiões produtoras e o país deverá colher uma boa safra em 1995.

De acordo com os prognósticos da Conab divulgados em fevereiro, esta deverá ser a melhor safra dos últimos seis anos, perfazendo um total de 11,4 milhões de toneladas do produto em casca.

Segundo a publicação *Safras e Mercados*, à exceção de alguns problemas climáticos localizados, o clima foi muito favorável este ano ao arroz, cujo plantio é amplamente disseminado por todo o território nacional. Na região Centro-Oeste, a escassez de chuvas na época normal de plantio provocou atraso na semeadura em algumas localidades. Conforme a Cooperava, de Tocantins, cerca de 5% da área que seria cultivada com o produto no seu espaço de atuação deixaram de ser plantados por desistência dos agricultores em razão da seca. Entretanto, posteri-

ormente, o clima se normalizou, favorecendo bastante a lavoura durante o ciclo vegetativo. Na região sul de Goiás, na área de atuação da Cooperativa Mista dos Produtores Rurais do Sudeste Goiano Ltda. (Comigo), houve um veranico de 12 dias no início de janeiro que provavelmente afetará a produtividade final do arroz plantado naquela região.

Não houve, como se chegou a supor, impactos na produção gaúcha decorrentes do endividamento dos agricultores junto às instituições bancárias e comerciais do estado.

Segundo os levantamentos feitos pela Conab, a região Centro-Oeste como um todo deverá produzir cerca de 1,5 milhão de toneladas, o que representa uma variação negativa de 8% em relação à safra obtida no ano passado. Todos os estados da região registram reduções na produção comparativamente à safra 1993/94. Estas contrações, que variam de 6% (Mato Grosso) a 11% (Mato Grosso do Sul e Goiás), embora estejam muitas vezes relacionadas aos reveses climáticos aos quais a lavoura de sequeiro é altamente sensível, estão, em certo grau, associadas às dificuldades de comercialização decorrentes da saída do governo do papel de principal comprador do arroz produzido naquela região.

O que já se poderia conjecturar, no entanto, é que a região Centro-Oeste, após um período de apogeu e declínio na produção de arroz de sequeiro, ambos associados às diferentes trajetórias da política agrícola no intervalo de tempo em que se deram estes movimentos (estímulo/desestímulo), estaria atingindo um nível de equilíbrio, ou seja, um patamar de produção em torno do qual as safras deverão flutuar daqui para a frente. Como em 1994 e em 1995 não houve problemas climáticos significativos que pudessem provocar um declínio atípico nas safras da região, é razoável supor que o nível médio alcançado nestas duas colheitas esteja bem próximo de indicar a capacidade de absorção da produção da região Centro-Oeste pelo mercado representado, em sua maior parte, pelo setor privado.



Boas safras em todo o país

A safra maranhense também alcançou um resultado satisfatório, devendo totalizar, de acordo com a Conab, cerca de 992 mil toneladas, 18% a mais que na safra passada. Embora a safra do Maranhão, assim como a de toda a região Nordeste, seja uma produção tipicamente voltada para o autoconsumo, seu desempenho é um importante fator condicionante do mercado, uma vez que, numa eventual frustração de safra, a região intensifica a sua típica condição de importadora, afetando o centro de formação de preços localizado na região Sudeste.

A safra gaúcha, que já corresponde a cerca de 46% da produção nacional, deverá alcançar um excepcional resultado, cerca de 4,99 milhões de toneladas. As condições climáticas este ano foram consideradas excelentes para o cultivo. Segundo o Igra, durante a fase vegetativa da lavoura registraram-se temperaturas elevadas e alto grau de radiação solar, fatores fundamentais para a obtenção de boa produtividade. Apenas no início de março é que foram registradas chuvas de granizo em algumas regiões, mas as perdas não deverão ser significativas. A área de cultivo praticamente repetiu a do ano passado, cerca de 970 mil hectares, e a produtividade alcançada foi muito boa: 5.150kg/ha. Não houve, portanto, como se chegou a supor anteriormente, impactos na produção gaúcha decorrentes do endividamento dos agricultores junto às instituições bancárias e comerciais do estado.

Rio Grande do Sul confirma sua pujança

Brasil — arroz — quadro comparativo de produção, principais estados produtores, 1993 e 1995

Unidade da Federação	Safra 1993/94 (1.000t)	Part. prod. nac.(%)	Safra 1994/95 (1.000t)	Part. prod. nac.(%)
Rio Grande do Sul	4.221,0	43	4.996,1	46
Maranhão	837,9	8	992,3	9
Mato Grosso	909,0	9	854,0	8
Santa Catarina	713,8	7	752,2	7
Minas Gerais	642,2	7	671,3	6
Goiás	511,7	5	457,4	4
Piauí	398,9	4	445,7	4
Tocantins	391,2	4	395,7	4
São Paulo	271,9	3	280,0	3
Rondônia	248,7	3	256,1	2
Paraná	243,6	2	238,7	2
Outros	1.130,4	-	1.089,9	-
Total	10.520,3	-	11.429,4	-

Fonte: Conab.

Governo adota medidas para restringir importações

Normalmente, durante a fase que antecede a colheita, há um arrefecimento no ritmo dos negócios no mercado, que fica na expectativa da entrada da nova safra. A pressão baixista, que em geral atravessa todo o período de colheita, pode ser aliviada com os mecanismos tradicionais de sustentação da renda agrícola, como os empréstimos do governo federal (EGF). Entretanto, com a formação do

Mercosul e o grau de proteção relativamente baixo para as importações oriundas de terceiros países, todos os níveis de comercialização vêm sendo afetados por um forte efeito depressor, o que levou o governo a adotar em fevereiro medidas restritivas às importações.

Os cerealistas de São Paulo, principal pólo atacadista do produto e centro formador de preços para todo o país, apontaram vários fatores de baixa durante o mês de fevereiro. Em primeiro lugar, há um excesso de oferta devido ao grande volume de importações e leilões do governo. Foi registrada também uma retração nas compras do varejo devido ao excesso de calor no mês de janeiro, que alterou a qualidade do produto estocado por este segmento. Os atacadistas supõem também que o Plano Real provocou deslocamento da demanda do arroz em favor de produtos de maior elasticidade-renda, como carne bovina e frango. Outros dois fatores importantes: as safras da Argentina e do Uruguai deverão ser muito boas e os estoques de passagem alcançam níveis muito elevados. De acordo com a Conab, em fevereiro a posição dos estoques era a seguinte: 1,9 milhão de toneladas em EGF, dos - quais cerca de 1,2 milhão correspondentes ao Rio Grande do Sul, e ainda cerca de 900 mil toneladas em aquisições do governo federal (AGF).

Toda esta configuração de sobreoferta e preços deprimidos que está impregnando o mercado hoje é resultado de um complexo encadeamento que vai desde a inserção do país no processo de globalização econômica até o afloramento das dificuldades estruturais de um subsetor que até pouco tempo trabalhava com um menor grau de exposição à competição internacional. Apenas para se ter uma idéia, de março a dezembro de 1994 foram internalizadas cerca de 1,26 milhão de toneladas de arroz em casca, sendo 50% oriundas do Mercosul e 50% de terceiros países. Para 1995, a previsão é de que mais 1,35 milhão entre pelos portos brasileiros. Tal quantidade faz do país um dos principais importadores mundiais, a despeito de sua enorme capacidade de produção.

Em fevereiro, o governo, apesar de reconhecer as dificuldades dos arrozeiros diante da concorrência internacional, mencionou a necessidade de uma reengenharia no setor, a fim de aumentar a produtividade e reduzir os custos da atividade. Em contrapartida, os agricultores reivindicam acesso ao mercado internacional de equipamentos e insumos, com a retirada de alíquotas de importação e impostos indiretos, revisão nos tributos estaduais e utilização de recursos a custos financeiros internacionais.

De fato, a maneira pela qual vinham se dando as operações de importação provocava uma distorção no mercado pela qual se tornava bem mais vantajoso adquirir o cereal no exterior do que comprá-lo no mercado interno, o que é, em última instância, um grande desincentivo à produção interna. Isto porque as *tradings* tinham um prazo de pagamento do produto importado que variava de 180 a 360 dias. Além deste financiamento de longo prazo, as taxas de juros internacionais são muito inferiores às praticadas no mercado interno, o que também conferia margens muito atraentes para os importadores.

O governo, no entanto, interferiu nessas operações, através da Instrução Normativa nº 95/021, de 24 de março de 1995, do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo.

Segundo a medida, de agora em diante as importações só poderão ser efetuadas mediante pagamento à vista, o que inclui também as compras do Mercosul. A medida agradou aos produtores rurais e deverá melhorar as condições de competitividade entre o produto brasileiro e o produto importado. Por outro lado, a decisão também deverá melhorar o escoamento dos estoques oficiais, represados pela forte competição externa.

ELIANA CONDE BARROSO LEITE VIGLIO

FEIJÃO

Chuvas na colheita provocam impacto reduzido no mercado

O excesso de chuva durante a colheita provocou perdas na safra das águas de 1994/95, mas a oferta não declinou tanto quanto a mídia chegou a alardear.

No Paraná, principal estado produtor do período das águas, o excesso de chuvas frustrou a expectativa de uma safra recorde. A princípio, com a euforia dos produtores rurais de plantar a leguminosa devido ao forte estímulo conferido pela comercialização do produto em 1994, esperava-se que poderiam ser produzidas até 580 mil toneladas do produto no estado, o que representaria um resultado inédito. A produtividade prevista inicialmente era muito boa para os padrões tecnológicos vigentes no estado, cerca de 1.048kg/ha, mas após as chuvas o rendimento médio estimado caiu para 875kg/ha, segundo dados do Departamento de Economia Rural do Estado do Paraná (Deral).

O excesso de chuvas no mês de janeiro de fato afetou a produção da região Centro-Sul, que, segundo a Conab, deverá apresentar contração de 16% em relação ao resultado de 1993/94. Todos os estados levantados pela Conab, à exceção de Mato Grosso do Sul e Tocantins, que repetiram o desempenho anterior, apresentaram redução